

Florianópolis, 04 de junho de 2018.

Ao Senhor  
Eng. Lucas Barros Arruda  
Superintendente de Habitação e Saneamento  
Coordenador da II Conferência Municipal do Saneamento Básico de Florianópolis  
Nesta Capital

Com extensão à Comissão de Organização da II Conferência Municipal do Saneamento Básico de Florianópolis

Prezado Superintendente e membros da Comissão de Organização da II CMSB,

O presente Ofício refere-se à realização da II Conferência Municipal do Saneamento Básico de Florianópolis, em curso, com início no mês de março, conforme calendário acordado na plenária de abertura, ocorrida no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia 22 de março do corrente ano. Temos como objetivo principal, explanar algumas considerações feitas na reunião da Frente Parlamentar de Saneamento Básico, do dia 4/06/2018.

Em primeiro, é de incumbência deste vereador, explanar os objetivos que motivam esta frente, sendo eles:

- a. Acompanhar e fiscalizar a implementação das metas do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB do município de Florianópolis;
- b. Acompanhar e fiscalizar a implantação do Contrato de concessão do saneamento à CASAN, tendo como uma das referências o PMISB e o Plano e Ação da ARESC;
- c. Monitorar o PMISB, nos termos das Leis Municipal 7474/2007 e sua relação com Plano Diretor vigente, de acordo com a Lei Complementar Municipal 482/2014;
- d. Manter relação direta com instituições contempladas no PMISB, principalmente públicas, escutando as demandas do Conselho Municipal de Saneamento e da sociedade como um todo, facilitando o processo de educativo sobre o que se refere ao saneamento básico.

Concluídos os objetivos, passamos a expor os resultados da reunião que essa Frente promoveu, na qual estiveram presentes diversos técnicos da área de saneamento, representantes da sociedade civil organizada e os vereadores Marcos José de Abreu, Afrânio Boppré e este, que subscreve este ofício. Também considerando que a presidência desta Frente tem participado ativamente em todas as etapas, analisando os

eixos temáticos e metas referentes aos quatro setores da área (Manejo de Resíduos Sólidos; Drenagem; Manejo das Águas Pluviais Urbanas, Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário).

Nesta reunião, considerou-se:

1. a II Conferência Municipal de Saneamento tem se atido majoritariamente à definição de metas e não às diretrizes que possibilitem a construção de um processo participativo e que oriente a revisão efetiva do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB do município. Na reunião da Frente Parlamentar, foi de consenso de todos os presentes, que a definição de metas deveria ser uma etapa posterior à definição das diretrizes.

2. Inexiste um diagnóstico mais recente do saneamento de todo o município. O último foi feito em 2010 e se baseou em um banco de dados de 2008, referente a estudos físicos, sociais e do setor de saneamento do Município de Florianópolis. Portanto, deveria ser atualizado, pois nesses dez anos a cidade cresceu, modificou-se a concepção de Plano Diretor, assim como as demandas nas quatro áreas do saneamento. Este diagnóstico deveria preceder a qualquer definição de diretrizes e metas, o que diversas vezes foi solicitado e questionado pelos participantes, sem resposta do por que este ritual não foi feito e o diagnóstico não apresentado. Esperamos, de fato, que este diagnóstico venha a ser elaborado antes da conclusão da revisão do PMISB, e que se respeite a participação popular do mesmo.

3. As metas apresentadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis na II CMSB acabaram delineando-as para um período muito curto de tempo (máximo até 2020). Estas metas deveriam ser projetadas para uma política de saneamento que transcenda as gestões municipais, como política de Estado. Entendemos desta forma o PMISB fica fragilizado, limitando-o técnica e politicamente.

5. Que as diretrizes devem, fundamentalmente, apontar para a articulação entre PMISB e Plano Diretor vigente do município, definindo previamente a capacidade de suporte por localidade e/ou bacia hidrográfica; as peculiaridades de todas as regiões e das áreas de povos tradicionais, assim como objetivando a ampliação das redes de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e resíduos sólidos, para todas as áreas da cidade, principalmente para aquelas mais vulneráveis, de forma planejada e integrada nas diversas áreas e concessionárias, mantendo os mecanismos de efetiva participação e controle social na implementação do PMISB, como nos planos setoriais.

6. O serviço de atendimento à população nos quatro eixos deve se basear no princípio da universalização e equidade, priorizando as áreas mais vulneráveis social e ambientalmente. Deve orientar-se pela defesa da vida e de sobrevivência de populações que sofrem marginalização de atendimento e vivem em situação irregular em termos fundiários e ambientais.

7. Preocupa-nos a não reintrodução das diretrizes presentes no PMISB e que não foram discutidas, ou sequer citadas, na revisão até o momento. Deveria ser de incumbência da Prefeitura sistematizá-las e expor para população decidir a necessidade ou não de revisão, assim como a inclusão de novas diretrizes.

8. As plenárias dos dias 6 e 7/06, apesar de que foram aprovadas na plenária de abertura na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, tiveram em todo o processo com diversas críticas, em virtude da dificuldade de acesso ao local. Ressaltamos que foi prometida pela Prefeitura a disponibilização de transporte até o local, fato que não ocorreu, e nem foi avisado à necessidade de manifestação prévia dos interessados. Com esse problema, avaliou-se que ocorreu uma baixa participação (entre 30% a 35%) dos delegados da sociedade civil nessas plenárias.

9. Criticou-se a limitação de propostas por cada eixo temático da II CMF, sugerindo-se que nas demais etapas da revisão sejam utilizados outros critérios.

10. Acreditamos vigorosamente na necessidade de se prever instrumentos de avaliação do Plano Municipal de Saneamento, com a definição de indicadores não dicotômicos, variáveis, além de parâmetros de medições.

Dessa maneira, expostas as considerações feitas na reunião da Frente Parlamentar de Saneamento Básico, e pretendendo melhorar todo processo de participação popular e controle social, além de produzir uma revisão mais efetiva, garantindo uma melhor revisão PMISB, propomos que as reuniões realizadas nos dias 6 e 7/06, pelo baixo quórum, e a Plenária do dia 13/06, sejam estendidas para as próximas semanas e com local a ser definido no centro da cidade, de forma a permitir acesso pleno dos delegados homologados para essa II Conferência Municipal do Saneamento Básico de Florianópolis, permitindo, também, ao acesso ao público que queira assistir, mas somente como observador, dada a importância social para o nosso município de um evento desta magnitude.

As presentes recomendações acima servem para ajudar a aperfeiçoar o processo o conteúdo que move a II CMSB e seu processo participativo que essa Secretaria vem perseguindo, junto à Comissão Organizadora da Conferência ao Conselho Municipal de Saneamento.

Aguardando a manifestação de Vs. Sa., deixamos aqui nossas saudações urbanas,

Atenciosamente,

**Vereador Prof. Lino Fernando Bragança Peres**

Presidente da Frente Parlamentar de Saneamento Básico da  
Câmara Municipal de Florianópolis